

“Meu lugar é no cascalho”: políticas de escrita e resistências

Érika Cecília Soares Oliveira,^{ID} ¹★ Késia dos Anjos Rocha,^{ID} ^{II} Lisandra Espíndula Moreira,^{ID} ^{III} Simone Maria Hüning^{ID} ^I

^I Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil

^{II} Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil

^{III} Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo

O problema abordado neste artigo é como podemos produzir fraturas no modelo normatizado de escrita acadêmica ao qual estamos historicamente familiarizados. Considerando esta questão, apresentamos um ensaio teórico e uma experiência de escrita que se ancora na ideia de afrontarmos a fórmula objetividade-neutralidade-universalidade que engessa nossas práticas científicas há séculos. Buscamos seguir os rastros das diferentes vozes que nos constituem, de modo a performarmos escritas de si polifônicas e descolonizadas. Amparadas em escritoras, teóricas e nas mulheres com as quais partilhamos nosso dia a dia, defendemos o pressuposto de que a hegemonia de uma monocultura narrativa – nortecêntrica, masculinista – dentro da academia, tem como finalidade última emudecer as vozes das mulheres que produzem conhecimento. Neste ensaio enfatizamos os rastros apagados dessas vozes e escritas, diminuindo a distância entre os verdes gramados acadêmicos e os tortuosos cascalhos do cotidiano. Concluímos afirmando que epistemologias contra-hegemônicas, constituindo políticas de escrita, de narrativas e produção de conhecimentos, acolhedoras da polifonia da vida, só podem ser radicalmente não-disciplinares e insurgentemente indisciplinadas.

Palavras-chave: epistemologias; políticas de escrita; políticas de pesquisa.

“The gravel is my place”: writing policies and resistances

Abstract

The problem addressed in this article is how we can produce fissures in the normatized model of academic writing with which we are historically familiar. Considering this question, we present a theoretical essay and a writing experience that lies on the idea of us confronting the formula objectivity-neutrality-universality that has plastered our scientific practices for centuries. We seek to follow the trails of the different voices that constitute us, so that we can perform polyphonic and decolonized self-writings. Supported by female writers and theorists and by women with whom we share our day-to-day lives, we defend the assumption that the hegemony of a narrative monoculture – north-centered, masculinist – inside the academy, has as final purpose to mute the voices of the women who produce knowledge. In this essay, we emphasize the erased trails of those voices and writings, decreasing the distance between the green academic lawn and the tortuous gravel tracks of the everyday life. We conclude stating that counter-hegemonic epistemologies, constituting writing and narrative policies and the production of knowledge that are welcoming to the polyphony of life, must be therefore radically non-disciplinary and insurgently undisciplined.

Keywords: epistemologies; writing policies; research policies.

Rastros de nós

Escritas de minha avó analfabeta

Tive uma avó analfabeta, mãe do meu pai. Chamava-se Lídia. Sim, vó Lídia não sabia ler. Escrevo sobre a marca da minha avó em mim, que não foi escrita alfabeticamente, foi plantada como quem cultiva um jardim. Em pelo menos dois momentos minha avó me ensinou sobre leitura e escrita. Vó Lídia não sabia nem ler nem escrever, mas soube ensinar sobre essas coisas.

Vó Lídia morava numa cidade vizinha. Algumas vezes vinha nos visitar durante a semana. Geralmente almoçava na nossa casa. Pelo que lembro, eu estudava pela manhã e almoçava com ela. Era magrinha e tinha a pele bem enrugada. Adorava segurar a pele do braço e da mão da minha vó. Fazer dobra, segurar por um tempo e ficar vendo a pelanquinha se desfazer, voltando à sua posição normal. Essa era minha visão do envelhecimento, ver a pele, como se fosse uma roupa ficando larga para o nosso tamanho. Naquele momento, meu caminho ainda era inverso, as roupas ainda iam se encurtando e eu crescendo.

Nos dias que ela nos visitava durante a semana, depois do almoço aproveitava para ir até o trabalho do meu pai. Era preciso ir de ônibus. No ponto de ônibus, perto da casa da minha vó, passavam poucos ônibus e ainda funcionava aquele sistema de perguntar ao motorista quando a porta abria. Perto da nossa casa era diferente. O ponto já não era nem ponto, chamava-se corredor de ônibus, e a quantidade era imensa. Resolver o desafio de pegar ônibus foi a primeira aula de minha avó analfabeta sobre a leitura.

Eu devia ter uns 12 ou 13 anos quando comecei a levar minha avó no corredor de ônibus. A missão era embarcá-la no ônibus certo para que ela chegasse até meu pai. Não sei a idade que ela tinha, mas a diferença entre nós parecia uma eternidade. Isso nos colocaria numa posição bem diferente nas hierarquias etárias, mas naquele momento eu me sentia grande. Cumprir a missão de colocá-la no ônibus era uma tarefa de imensa importância. Essa é uma das potências da leitura. Ler tem uma função. É necessário, é útil e, para mim, desde então, precisa estar a serviço do outro. É uma ferramenta, uma arma. Pode ser usada de muitas formas, mas aprendi com minha vó a usá-la de maneira solidária.

*Endereço para correspondência: Universidade Federal de Alagoas, Campus A. C. Simões. Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins, Maceió, AL – Brasil. CEP: 57072-970. E-mails: erika.oliveira@ip.ufal.br, kesiaanjos@gmail.com, lisandra.ufmg@gmail.com, simone.huning@ip.ufal.br
Os dados completos das autoras encontram-se ao final do artigo.



Fui descobrindo ao longo da minha relação com minha vó que ela se expressava de maneiras muito diversas. Quando alguém fazia aniversário, ou quando era uma data especial, vó Lídia obviamente não trazia cartão, mas chegava com flores. Não eram quaisquer flores, ela cultivava um jardim em casa. Simples, mas com algumas flores que, nessas datas, ela colhia e arrumava num singelo buquê, finalizando com um cone de papel de presente. Tenho ainda hoje a foto de minha primeira eucaristia segurando as flores.

Assim ficavam seus registros, nas flores entregues, nas fotos. Outras coisas ela registrava em sua cabeça. As receitas, incluindo uma receita de pão caseiro que ela fazia muito bem. Mas a segunda lição da minha avó veio quando ela já não estava mais aqui. Descobrimos na arrumação das suas coisas que ela guardava alguns registros. Não eram letras nem números. Estavam guardadas em alguma gaveta, folhas com pequenos rabiscos, algumas bolinhas, traços. O que será que ela registrava? Seria uma forma de contagem? Seria um tipo de rosário ou terço, já que minha vó era bastante religiosa? Por certo não temos como saber. Não compartilhamos esses códigos.

Penso na força que nos leva a registrar as coisas, os pensamentos. Escrever, entre privilégios e direitos é, talvez muito antes, uma necessidade de registro. Todos escrevemos e registramos nossa vida de alguma maneira. Fazer isso utilizando um código que nos ultrapassa permite que a escrita voe para além de nós mesmos. Gosto de pensar que minha vó tenha registrado nos seus papéis a receita de pão caseiro. Muitas vezes combinamos de fazer, juntas, para que ela me ensinasse, mas não deu tempo.

Casas de família

Solange, minha mãe, mulher branca, pobre, moradora da periferia de Paraguaçu Paulista, interior de São Paulo, estudada até a 8ª série, como ela sempre responde quando perguntam sua escolaridade; fazedora de crochê, costumava espalhar toalhinhas coloridas pelos móveis da casa. Começou a trabalhar em “casa de família” aos onze anos de idade. Assim, começou uma história que segue até os dias atuais; ela conta que, por questões de saúde, não conseguia trabalhar nas fábricas da região (o ar lhe faltava), o que a levou à limpeza das casas. Só sei que cresci rodeada pelos verbos conjugados, “lava”, “torce”, “passa”, “cozinha”, “cuida”, “limpa”. Mesmo criança, lembro de alguns comandos que me soavam, no mínimo esquisitos, hoje nomearia abusivos, tais como: “deixa a sobremesa pronta”; “cuida das crianças até eu voltar” (e nisso já era noite), “venha nesse feriado, que depois te dou um dia”, “pago você semana que vem, porque nessa estou sem dinheiro”, “semana que vem você pode limpar a casa da minha mãe?”. Minha mãe me ensinou, além da importância do afeto e do respeito, que eu não podia e nem devia sentir vergonha, e isso eu sempre mentalizava quando, na adolescência, me perguntavam “onde tua mãe trabalha?”. Respondia timidamente: “em casa de família”, até que, com o passar dos anos fui compreendendo que devia e podia dizer: “ela é empregada doméstica”,

que essa era uma profissão como qualquer outra, só não era reconhecida como todas as outras, mas isso não era culpa de minha mãe. Hoje não oscilo mais nessa resposta.

Ano de 2015, Santos, São Paulo, tarde de sol. Lá vem ela, cabelo *black* colorido, batom de cor viva, brincão, *Preta Rara* vem e vai inscrevendo-se ali com seu próprio corpo-político. Seu corpo transita e vai comunicando antes mesmo de suas palavras musicadas. Graduada em história, *rapper*, poeta, modelo *plus size*, ativista, trabalhou como empregada doméstica por sete anos. Ano de 2016, sentada na sala, pensamentos flutuando, teve a ideia de criar a página “Eu empregada doméstica” na rede social *Facebook* e acabou por tornar-se porta-voz de milhares de empregadas do país. Sua última passagem por “casa de família” foi em 2009. Relembra que a patroa a impedia de comer a comida que ela mesma fazia, a impedia de usar os talheres da casa e definia qual banheiro era adequado a ela. Não esquece que, em meio a tantos comandos, a patroa sempre dizia que ela era “quase da família”. *Laudelina de Campos Melo*, mulher negra, personagem importante na luta pelos direitos da categoria profissional das empregadas domésticas no Brasil. Nascida em 1904 em Poços de Caldas, Minas Gerais, começou a trabalhar como empregada ainda muito jovem, lutou durante toda a sua vida para que essas trabalhadoras fossem consideradas profissionais. Mesmo com pouca escolaridade, esteve presente na luta política e sindical, dialogando com políticos e questionando a hegemonia das elites racistas brasileiras, era considerada “o terror dos patrões”. Ou o terror das “casas de família”.

Três mulheres, três histórias cruzadas, não pela geografia, mas pela possibilidade de, ao inscreverem suas histórias, cruzarem suas experiências por meio da sua militância, da sua arte, e até mesmo do dia a dia da sobrevivência, como no caso de minha mãe, que ainda hoje segue pedalando com sua bicicleta rumo ao trabalho. A luta é todo dia e em muitos lugares simultaneamente. As “casas de família” ainda seguem com sua dinâmica de opressão e exclusão. Os apartamentos de luxo se traduzem contemporaneamente em casas-grandes modernas, as estruturas de dominação se recriam.

Escrever a partir das diferenças

Este texto tem como foco produzir uma polifonia de vozes que se encontram, se chocam e esbarram nas narrativas plurais de nossas experiências como pesquisadoras. Não podemos dizer que somente quatro mulheres estão implicadas. Se fôssemos responder quantas são as autoras deste artigo, poderíamos supor que somos nós, que o escrevemos e lhe damos materialidade, mas também tem autoria aqui, implicitamente, uma série de “outras”: as mulheres que são relatadas em nossos fragmentos, as mulheres das quais somos leitoras, as que nos deixam legados transmitidos oralmente ou que nos fazem aprender a partir da “simples” presença em nossas vidas e que, convenhamos, de simples não têm nada. A originalidade do texto está na junção dessas diferentes vozes, reconstruindo rastos esquecidos, que buscam “[...] destacar a riqueza e a amplitude da circulação de ideias que não sabemos onde

começam, que se entrelaçam, que se propagam especialmente entre mulheres, criando comunidades de saber cujas fronteiras são imprecisas” (WERNECK, 2010, p. 10).

São todas elas que nos levam a falar sobre rastros, escritas de si, literatura, práticas de resistência e políticas de escrita a partir das diferenças. Elas que, tendo desaguado em nós, nos transformam em argila, matéria moldável, reconfigurável, capazes de olhar o mundo como as figuras de um caleidoscópio, sempre preparadas para se desmontar e se remontar seguidamente, num contínuo e inacabado desenho. Por isso mesmo, rascunhamos escritas que, ancoradas numa padronização acadêmica, ambicionam ir além, produzindo-se autobiograficamente, num exercício de bricolagem de escritas e subjetividades, cavoucando entre lugares, inaugurando-os. O imperativo de apartar-se de si mesma, nas escritas acadêmicas, é um dos resultados desses binarismos que buscamos aqui afrontar.

Em seu lugar propomos escritas que necessitam criar suas próprias garras para se defender. Produção, pois, de textos-existência, formas de rememorar as histórias que nos tecem, os fios que nos atam (FREIRE, 2014). Histórias que são íntimas e, em igual medida, sociais e políticas e que, costumeiramente, são varridas para debaixo do tapete. Hibridização de narrativas, pois é impossível criar invólucros ao redor de nossos corpos com a intenção de formatá-los numa monocultura narrativa (ADICHIE, 2009), tal como tem se esmerado em nos impor as racionalidades cognitivo-instrumentais típicas da ciência moderna.

Olhamos a leitura e a escrita como “atos políticos de construção de texto”, e exatamente por isso entendemos ser fundamental “[...] analisar as poéticas que informam as práticas de escrita” para refletirmos acerca das identidades tanto da/o leitora/r como da/o autora/r de um texto (TOTA, 2005, p. 289), ou ainda, de quem escreve e de quem é narrada/o (EVARISTO, 2017). Quando nos colocamos a pensar sobre essas poéticas e políticas, primeiramente devemos compreender que se trata de um campo não neutro e atravessado por vários elementos interventores que compõem determinada escritura, como se fosse um mosaico. Esse processo de feitura de palavras se materializa numa esteira de rituais e regras, que tem lugar determinado para acontecer – encontros, seminários, congressos, salas de aula – espaços ritualísticos de saber, e, muitas vezes, estar fora deles lança sobre o feito uma suspeita de ilegitimidade. Esses espaços têm morada determinada – revistas científicas, livros, editoras, bibliotecas etc. – e esses agentes todos, em interação, definirão quem é essa/e autora/r, quem será a/o leitora/r, quem terá acesso a tais produções. De certa forma, é como se estivéssemos pré-definindo uma/m leitora/r modelo, para quem escrevemos e comunicamos.

Avançando um pouco mais na reflexão, é possível dizermos que quando escolhemos falar a partir de termos universais – homem, filhos, jovens, população, escritores, autores, pensadores, filósofos etc. – estamos fazendo também a escolha das/os sujeitas/os que podem ou não fazer parte dessa escrita/história e, nesse caso específico, esses são “sujeitos” mesmo, apenas no masculino. Se escrever é um ato político e, conforme acrescenta Tota

(2005, p. 310), “se o eu narrante de um texto é situado, então é também sexuado”, o que nos leva a questionar preceitos que insistem em afirmar que a escrita científica é neutra, e nos impulsiona a vasculhar nossas memórias arquivadas para identificarmos nossas personagens, seus nomes, seus endereços, suas idades, seus gêneros, suas cores, tudo junto e misturado, traduzindo e virando palavra falada e escrita. Reconhecer a legitimidade das emoções nos amplia o olhar para essa polifonia de vozes, para essas possíveis histórias “anarquivadas” (DERRIDA, 2001) e nos instiga a bagunçar o que está dado e visível.

Falar em políticas de escrita e trabalhar com a escrita de mulheres é enfrentarmos a amnésia e os possíveis esquecimentos que têm sido ferramentas potentes nos processos de colonização e apagamento de muitas histórias. Significa ter a sensibilidade de olhar para os arquivos pessoais de vó Lídia e tentar compreender, ou ao menos se perguntar, o que aquelas bolinhas e tracinhos registrados por ela queriam dizer; rememorar as vivências e rastros de mulheres “nas casas de família” e refletir sobre o que nos dizem de seus e de nossos lugares no mundo.

Defendemos que escrever sobre si (e, inevitavelmente, sobre as/os outras/os), portanto, tem uma dimensão política. Escrita menor, não aquela dos grandes mestres, tal como argumenta Deleuze e Guattari (2003). Esses autores, a partir da obra de Kafka, discutem sobre uma literatura menor que teria a ver com a língua que uma minoria constrói no interior de uma língua maior, hegemônica. Nela, tudo é político, as questões individuais estão, necessariamente, ligadas à política, sendo ampliadas por um microscópio. Em seu interior, dizem eles, uma outra história se agita. Ela não se reduz a um triângulo familiar como nas grandes narrativas, mas articula-se com contextos econômicos, jurídicos, burocráticos; não são individualizadas. Têm, assim, um valor eminentemente coletivo, trazendo, com isso, condições para revolucionar, deslocar. São palavras deles: “Escrever como um cão que faz um buraco, um rato que faz a toca. E, por isso, encontrar o seu próprio ponto de subdesenvolvimento, o seu patoá, o seu próprio terceiro mundo, o seu próprio deserto” (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 42). Talvez essa ideia esteja intimamente ligada à imagem rememorada pela escritora Conceição Evaristo, de sua mãe acorada sobre a terra lamacenta fazendo de um graveto o lápis com o qual riscava um grande sol.

O patoá da mãe de Conceição, “escrevivências”, como chama a escritora, “movimento-grafia cuja finalidade era chamar o sol”, se traduzia em gesto ancestral a ser acompanhado pela cumplicidade de poucas: as filhas ainda crianças (EVARISTO, 2005). Mãos como as da vó Lídia, que anotam riscos, bolinhas, e mãos que anotam verbos inteiros, palavras com funções utilitárias “4 lençóis brancos, 4 fronhas, 4 cobre-leitos, 4 toalhas de banho, 4 toalhas de rosto, 2 toalhas de mesa, 15 calcinhas, 20 toalhinhas, 10 cuecas, 7 pares de meias” (EVARISTO, 2005, par. 3). Temerosas de que alguma peça estivesse faltando, pois se tratava de ganha-pão da mãe e das filhas. Lembranças das casas de família.

É Conceição, ainda, que nos ensina sobre essa escrita do terceiro mundo, ao relatar que a origem de seu gosto por escrever tinha estreitos laços com aquilo que ouvira durante toda a infância: os segredos, as histórias contadas antes de se ir para a cama, o “acúmulo de palavras” (EVARISTO, 2005, par. 9), tão presente na casa onde morava. Não “dominar” uma língua, ou não “dominar” a escrita, mas usá-las mesmo assim, voltando-as contra si mesmas (HOOKS, 2013). Quantas/os são aquelas/es que vivem numa língua que não é a sua, que nem sequer a conhecem ou, se a conhecem, a usam mal? – perguntam-se Deleuze e Guattari (2003). Problemas, segundo eles, de imigrantes, de minorias. Problemas, acrescentamos nós, de mulheres. Mulheres do sul global que se apropriam das línguas das quais são constantemente apartadas, escavam buracos dentro delas, arquitetam outros modos de dizer as coisas, levantam casas inteiras, enrolam papéis ao redor de flores-palavras. Criam símbolos, habitam casas grávidas de gestos, de segredos contados ao pé do ouvido. Como Carolina Maria de Jesus, dois anos de escolarização, cinco mil folhas escritas, profusão de ideias, retratando-se como atormentada pela necessidade de botar no papel aquilo que lhe ia por dentro (e, inevitavelmente, por fora); dificuldades de encontrar quem a publicasse. Dificuldades, na verdade, de ter o reconhecimento que desejava como escritora de literatura. Tendo que driblar todos aqueles que diziam que a única coisa que ela tinha de valor era a narrativa sobre a favela, a denúncia social. Escritas-denúncias, escritas-poesia, escritas de si, que carregam o ofício de erguerem-se a si mesmas, numa lida diária, labuta de talhar aquilo que lhes vai à cabeça. Rejeitar, até o último instante, os lugares designados forçosamente, não se deixando emudecer. Gritar como se somente os pulmões pudessem salvar. Tecer, costurar as histórias. Debaixo de sol, de chuva, até mesmo de tormenta, a partir de seus próprios desertos. Abrindo caminhos, levantando pontes, deslocando-se sobre elas como quem anda de bicicleta.

Cruzando gramados proibidos

De que forma a escrita-denúncia dessas mulheres nos possibilita pensar as interdições e hierarquias produzidas no ato de escrever e ser lida? Quais são as estratégias de resistência inventadas nas disputas cotidianas de espaços tão diversos? Durante o tempo de escrita deste texto, acompanhamos a candidatura de Conceição Evaristo à Academia Brasileira de Letras (ABL), que recebeu grande apoio nas redes sociais¹ e seria a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira. Ainda no período de escrita, recebemos também a notícia da escolha de outro candidato para ocupar a cadeira na ABL e tornar-se um imortal.

A ausência de uma mulher negra reconhecida como imortal na literatura brasileira nos interpela. Uma cadeira que imortaliza o reconhecimento de alguns nomes. Lugares proibidos para alguns corpos, para algumas sujeitas. Circulando pela universidade, Virginia Woolf, em

1928, narra o espanto de um homem ao vê-la cruzando um gramado, espaço reservado a apenas alguns homens (Fellows e os estudantes): “Seu rosto revelava horror e indignação... Aqui era o gramado... meu lugar é no cascalho” (WOOLF, 1990, p. 10).

A autora relata a cena ao debater sobre mulheres e literatura e tece algumas considerações sobre as condições necessárias para a escrita. Para Virginia Woolf, a escrita não está descolada de condições concretas. Seria necessário, para que a escrita aconteça, que mulheres possam ter um teto todo seu. A reivindicação diz respeito a condições tanto econômicas/concretas quanto de espaço para si. E quando essas condições não existem, quando o acesso à educação é precário, quando a figura de intelectual ou artista não parece viável, como produzir escritas, conhecimento e arte? Escrever como sobrevivência, como ato político, como forma de continuar viva ou como modo de permanência e troca, implica encontrar brechas, pisar gramados proibidos, resistir à precariedade. Escreva em qualquer lugar, convida Anzaldúa (2000, p. 233): “quando estiver deprimida, brava, machucada, quando for possuída por compaixão e amor. Quando não tiver outra saída senão escrever”.

Anzaldúa (2000), ao convidar as mulheres do terceiro mundo a escrever, se questiona por que escreve, mesmo diante da complacência, do ultraje e das advertências contrárias. Depois, se questiona por que precisaria de justificativa para a escrita; afinal, ninguém precisa se justificar por estar viva. Escrevemos porque vivemos. Rabiscamos, desenhamos e escrevemos sem saber escrever, sem dominar a língua e inventamos novas formas de escrita, novas formas de registro. Hooks (1995, p. 467), em *Intelectuais negras*, analisa como é tão difícil para mulheres negras assumirem a posição de intelectuais, “porque não veem como tendo uma ligação significativa com a vida real ou o domínio da experiência concreta”, mas também nos apresenta algumas pistas de resistência. Chama atenção para a culpa associada ao isolamento. “A gente escreve sozinha, em geral, passando muito tempo isolada. Muitas vezes é difícil manter um senso de compromisso com a comunidade” (HOOKS, 1995, p. 471). Aprende-se que o tempo deve ser para estar a serviço dos outros, dos afazeres domésticos. Reafirmar uma associação entre compromisso com a comunidade e o trabalho intelectual, seja como escrita acadêmica ou produção artística, é uma estratégia potente que “pode nos ligar a um mundo fora da academia, aprofundar e enriquecer nosso senso de comunidade” (HOOKS, 1995, p. 476). Proibição de lugares, resistência e compromisso são algumas brechas que a escrita dessas mulheres nos aponta.

Políticas de escritas outras

Na aprendizagem da escrita acadêmica, muitas vezes, desaprendemos aquilo que a antecede, a “escrevivência”, “a primeira narração, a que veio antes da escrita” (EVARISTO, 2017, p. 11). As instruções impostas para essa escrita tornaram-na distante das histórias vividas. Os registros, que chamamos aqui de “rastros de nós”, nos tocam porque colocam em questão o que acredita-

¹ Não entraremos nos detalhes do protocolo de campanha esperado dos candidatos à ABL, que envolve alianças construídas ao longo do período de análise das candidaturas. O apoio à candidatura se construiu na participação de internautas, reunindo mais de 25 mil assinaturas numa petição (BETIM, 2018).

mos saber e abrem, portanto, a perspectiva de produção de outras formas de conhecer, de pesquisar, de escrever. São singulares, mas também múltiplos e compartilhados. Memórias que constituem uma história comum, que não são apenas parte do passado, mas se fazem vivas e presentes nas negações e nos privilégios constituídos e sustentados no espaço acadêmico. No encontro com outras vidas, esses rastros afetam, deslocam realidades, questionam saberes, práticas e políticas atuais. Tais escritas apresentam-nos outras perspectivas e, como tal, são em si ação política e produção de conhecimentos, capazes de promover uma crítica de nosso tempo.

Não são, porém, formas usuais de escrita. Gagnebin (2006) registra que por muito tempo foi atribuído à escrita pelos alfabetos europeus, lugar privilegiado de inscrição de nossas memórias e histórias. A autora aborda as mudanças nesse lugar privilegiado e coloca a escrita como rastro – aleatório, sem intenção. Rastros “fruto do acaso, da negligência, às vezes da violência [que não são criados intencionalmente, mas] deixados ou esquecidos”, ou ainda apagados (GAGNEBIN, 2006, p. 113). Em nossa história, a ausência de rastros esteve ligada à negação dos assassinatos dos regimes ditatoriais (GAGNEBIN, 2006). Portanto, atentar para a ausência de certos rastros e escritas é admitir a negação de existências e interdição de trajetórias. Entendemos que fora do lugar privilegiado da escrita acadêmica hegemônica, escritas podem ser rastros que juntam restos que sobram da vida e da história oficial (BENJAMIN, 2006; GAGNEBIN, 2006). Em memórias, folhas rabiscadas esquecidas em uma gaveta, postagens em redes sociais, músicas, livros e tantos outros registros, mulheres comuns deixam rastros. Escritas outras que contam suas histórias, lutas e existências. Restos dos discursos históricos, essas narrativas usualmente anônimas que fazem ressurgir o passado, nos permitem rememorar, atentar e agir sobre o presente e “dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras” (GAGNEBIN, 2006, p. 55). Colocar no plano acadêmico isso que chamamos aqui de fragmentos poéticos é, portanto, um exercício de resistência epistemológica e política de trazer o cotidiano, a complexidade da vida e das escritas de mulheres infames. Distantes e estranhas ao cotidiano hegemônico da academia, onde, vistas por perspectivas conservadoras, não passariam de senso comum, registram aquilo que tantas vezes buscamos alcançar e transcrever em nossas pesquisas. Suas escritas se dão, para além de si mesmas, em nossas trajetórias, como ocorre com qualquer encontro significativo em que histórias, memórias e vidas se afetam.

Sustentamos aqui que essa dimensão estética da escrita, usualmente relegada para o domínio da arte – quando chega a ser reconhecida como tal – é potente no enfrentamento à hegemonia daquilo que a universidade constrói: visões de mundo, posições de sujeitos, fragilidades, binarismos, hierarquizações. Poderíamos chamar essas escritas de indesejáveis, impertinentes ou inadequadas.

Nisso reside sua potência de resistência, na medida em que colocam em questão os privilégios da escrita e as restrições impostas em relação a escritas menores.

Informações sobre as autoras:

Érika Cecilia Soares Oliveira

 <https://orcid.org/0000-0003-4877-0971>

 <http://lattes.cnpq.br/0137977569349136>

Possui graduação em Formação de Psicólogo(a) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1997), graduação em Licenciatura Em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1997), Especialização em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1999), mestrado em Educação Para a Ciência pela Universidade Estadual Paulista (2001) e doutorado em Psicologia e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista (2013). Membro do GT Territorialidades, violências, políticas e subjetividades (ANPEPP-2018). Atualmente é Professora Adjunta no Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas e Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFAL. Trabalha na área de Psicologia Social com os seguintes temas: gênero, relações étnico-raciais, feminismos subalternos, decolonialidade, violências, direitos humanos.

Késia dos Anjos Rocha

 <https://orcid.org/0000-0002-1707>

 <http://lattes.cnpq.br/1436867416280888>

Graduada em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP - Campus de Assis/SP (2006). Mestra em Educação pela UNESP - Campus de Marília/SP (2012). Atuou no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Sexualidades (ONG NEPS) na qualidade de voluntária, de 2004 à 2010; foi presidenta da ONG de 2009 à 2010 e coordenou projetos como o Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia do Sudoeste Paulista (2008 à 2010). Atualmente é Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe - UFS e trabalha e se dedica a reflexões no campo na Educação, com ênfase nos seguintes temas: marcadores sociais das diferenças, estudos decoloniais, feminismos, estudos queer e direitos humanos. Tem pensado e trabalhado com tais temáticas em interface com dispositivos artísticos e metodológicos como a literatura, artes visuais e a contação de histórias.

Lisandra Espíndula Moreira

 <https://orcid.org/0000-0001-9356-3416>

 <http://lattes.cnpq.br/9536102634454549>

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003), mestrado em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008) e doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2013). Está vinculada ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, professora dos cursos de Psicologia e Direito e do Programa de Pós Graduação em Psicologia. Atua principalmente nos seguintes temas: Psicologia Social, Relações de gênero, Políticas Públicas e Psicologia Jurídica.

Simone Maria Hüning

 <https://orcid.org/0000-0001-8080-7733>

 <http://lattes.cnpq.br/8164811113430157>

Professora Associada do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2000), mestrado e doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com período de doutorado sanduíche na London School of Economics (LSE). Pós-doutora pelo Brazil Institute, King's College London. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFAL (2015-2017). Co-editora da Revista Psicologia e Sociedade (2016-2019). Membro do Conselho Editorial das Revistas Polis e Psique e Arquivos Brasileiros de Psicologia. Representante da ABRAPSO no Grupo de Trabalho

para a elaboração da Resolução Complementar à Res. 466/12-Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da CONEP/CNS (2015-2016). Membro o Fórum de Ética da ANPEPP desde setembro de 2015. Tem seu trabalho voltado para o campo da Psicologia Social, desenvolvendo atividades de docência, pesquisa e extensão na graduação e pós-graduação. Seus principais temas de interesse são interlocuções da psicologia social com os estudos foucaultianos, processos de subjetivação, contextos urbanos, exclusão e violência, governamentalidade, produção de conhecimento, ética e pesquisa em psicologia. É líder do grupo de pesquisa “Processos Culturais, Políticas e Modos de Subjetivação”.

Contribuições das autoras

Todas as autoras foram responsáveis pela concepção, desenho, análise e interpretação dos dados em igual medida.

Como citar este artigo:

ABNT

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares et al. “Meu lugar é no cascalho”: políticas de escrita e resistências. *Fractal: Revista de Psicologia - Dossiê Psicologia e epistemologias contra-hegemônicas*, Niterói, v. 31, n. esp., p. 179-184, set. 2019. https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29043

APA

Oliveira, É. C. S., Rocha, K. A., Moreira, L. E., & Hüning, S. M. (2019, set.). “Meu lugar é no cascalho”: políticas de escrita e resistências. *Fractal: Revista de Psicologia - Dossiê Psicologia e epistemologias contra-hegemônicas*, 31(esp.), 179-184. doi: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29043

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Operigo de uma história única*. Palestra proferida ao TEDx Talks Global. 7 out. 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>. Acesso em: 7 ago. 2018. 1 vídeo (19 min).

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, n. 8, p. 229-236, 2000. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/anzaldua.pdf>. Acesso em: 13 out. 2017.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Tradução de Irene Aron e Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

BETIM, Felipe. ABL frustra expectativas de campanha por Conceição Evaristo e elege Cacá Diegues como novo imortal. *El País*, 31 ago. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/30/cultura/1535658767_015684.html. Acesso em: 12 set. 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é uma literatura menor? In: _____. *Kafka: para uma literatura menor*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003. p. 38-56.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

EVARISTO, Conceição. *Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita*. ago. 2005. Disponível em: <http://nossaescrivencia.blogspot.com/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html>. Acesso em: 5 ago. 2018.

EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FREIRE, Ida Mara. Tecelãs da existência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 565-584, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2014000200010>

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Acesso em: 12 abr. 2017.

HOOKS, Bell. A língua. In: _____. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. p. 223-233.

TOTA, Anna Lisa. Políticas e poéticas do texto sociológico: as retóricas da argumentação científica. In: MELUCCI, Alberto (Org.). *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 289-313.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 7-17, jun. 2010. Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/303>. Acesso em: 13 ago. 2018.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1990.